

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do
Sindicato dos Urbanitários
29/11/2016



Maior tragédia nacional está no desemprego, diz Pazzianotto

O ministro aposentado do Tribunal Superior do Trabalho Almir Pazzianotto Pinto afirmou, no encerramento do Seminário Trabalhista Internacional, realizado no TST, em Brasília, e acompanhado pelo Diário do Litoral, que o desemprego no País é a maior tragédia nacional. Debatedores do seminário defenderam um sindicalismo sem a tutela do Estado para uma plateia integrada em sua maioria por advogados e juízes do trabalho, e que contou com a presença de poucos sindicalistas. Almir Pazzianotto foi palestrante do terceiro painel sobre Reforma Sindical e Meios de Financiamento das Entidades Sindicais. Ele afirma que a estrutura sindical brasileira está no epicentro da crise econômica atual do país. “Estamos passando por uma violenta crise, criada por fatores externos que escapam completamente à nossa possibilidade de interferência, como a globalização, a engenharia da informática e fatores internos”, ressaltou, colocando a questão sindical entre esses fatores. Pazzianotto justificou a crítica dizendo que não viu “as entidades sindicais se pronunciando sobre a crise, o desemprego, e propondo mudanças que possam fazer com que haja um alargamento do mercado de trabalho”. Para ele, “a maior tragédia nacional” não está no desequilíbrio das finanças públicas, mas no desemprego.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 29/11/2016

Ministro diz que acordos têm que dar garantia ao trabalhador

O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, afirmou em sua palestra no TST que ainda se justifica a existência da CLT e o reconhecimento de acordos e convenções coletivas. O artigo 7º da Constituição não contempla a possibilidade de afastar direitos e garantias já integrados ao patrimônio do trabalhador. “Não se pode, empolgando o instrumento coletivo, que foi previsto para trazer aportes aos direitos da categoria profissional, partir para redução de interesses já reconhecidos, quer contratualmente, quer pela legislação, quer pela Carta da República, à categoria profissional”, afirmou. Marco Aurélio afirmou ainda que reconhece a possibilidade de uma certa flexibilização no campo dos direitos trabalhistas através de acordos com a participação dos sindicatos da categoria profissional e empresarial. No entanto, alerta que “o legislador constituinte de 1988 foi cuidadoso ao prever direitos afastáveis mediante o instrumento coletivo”. Ele citou cláusulas pétreas para afirmar que nem mesmo uma emenda constitucional pode afastar direitos e garantias individuais.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 29/11/2016

Estudo não aumenta eficiência do trabalho no Brasil, diz pesquisa

O avanço da escolaridade no país nas últimas décadas não foi acompanhado do aumento esperado de eficiência do trabalhador brasileiro. A experiência internacional mostra que, à medida que acumulam mais anos de estudo, os profissionais de uma nação, normalmente, se tornam mais produtivos, contribuindo, com isso, para o crescimento da economia. Dados preliminares de uma pesquisa feita por Ricardo Paes de Barros, economista-chefe do Instituto Ayrton Senna e professor do Insper, revelam que isso não parece estar ocorrendo no Brasil.

Entre 1980 e 2010, cada ano a mais de estudo no país foi seguido de um aumento extra de produção de apenas US\$ 200 por trabalhador. O número é irrisório se comparado ao que ocorreu em outros países. Cada ano a mais de escolaridade foi acompanhado de uma expansão de US\$ 3.000 de produção por trabalhador no Chile e de US\$ 6.800 na Coreia do Sul. De acordo com Paes de Barros, é possível que a qualidade e o conteúdo do ensino nas escolas brasileiras expliquem por que o país tem sido um ponto fora da curva. "Pode ser que esse aumento de educação não tenha significado econômico, por isso tenha muito pouco impacto sobre a produtividade", diz.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 29/11/2016

Estados mais ricos ainda concentram PIB, mas participação cai, diz IBGE

Cinco estados brasileiros responderam por 64,9% da geração de riqueza no país em 2014. Segundo o IBGE, porém, essa participação vem caindo ao longo dos anos, como reflexo da retração na indústria nacional. Em 2010, a fatia de São Paulo, Rio, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná na economia era de 65,9%. A queda foi puxada principalmente por São Paulo, o mais rico, cuja participação no PIB nacional caiu de 33,3% para 32,2%, entre 2010 e 2014. "O Estado perde participação a cada ano desde 2010, acompanhando a perda da indústria de transformação", diz o IBGE. De acordo com a pesquisa, a fatia da indústria na geração de riqueza do país caiu de 27,4%, em 2010, para 23,8%, quatro anos depois. Em 2014, o PIB do Brasil chegou a R\$ 5,78 trilhões.

São Paulo foi responsável por R\$ 1,86 trilhão. O Rio, segundo mais rico, gerou R\$ 671 bilhões. Minas Gerais (R\$ 516 bilhões), Rio Grande do Sul (R\$ 357 bilhões) e Paraná (R\$ 348 bilhões) completam a lista dos cinco Estados mais ricos do país. Em 2014, o Estado com menor participação no PIB brasileiro foi Roraima, responsável por apenas 0,2% da riqueza produzida no país –o equivalente a R\$ 9,74 bilhões.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 29/11/2016

Congresso pode funcionar em janeiro para acelerar votação da reforma da Previdência

Após reunião nesta segunda-feira (28), no Palácio do Planalto, o senador Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou que o Congresso Nacional poderá fazer uma autoconvocação, sem pagamento extra para os parlamentares, a partir do dia 10 de janeiro para adiantar a discussão da Reforma da Previdência, a ser apresentada pelo governo nos próximos dias. A oposição, que entrou com representação contra Michel Temer, diz que o caso Geddel poderá adiar a votação do Teto dos Gastos (PEC 55/2016).

Fonte: Agência Senado – 29/11/2016

Leia mais em: <http://www.cnti.org.br/noticias.htm>

Líder do governo no Senado espera aprovar PEC do teto dos gastos com mais de 60 votos

O Senado vota, na tarde desta terça-feira, a proposta de emenda à Constituição número 55. É a antiga PEC 241, que limita as despesas públicas por até 20 anos. A proposta é considerada fundamental para o ajuste fiscal que o governo pretende fazer. O líder do governo no Congresso Nacional, Romero Jucá, do PMDB, espera que a PEC do Teto dos Gastos seja aprovada por mais de 60 senadores. Nessa segunda-feira, o presidente Michel Temer se reuniu no Palácio do Planalto com o ministro da Fazenda Henrique Meirelles e com os líderes dos partidos da base aliada do governo no Senado. No encontro, o governo acertou as últimas estratégias para a votação.

A expectativa do Palácio do Planalto é de concluir a votação e sancionar a emenda nas próximas três semanas, antes do recesso parlamentar. Para isso, a base aliada no Senado precisa aprovar, em dois turnos, exatamente o mesmo texto já aprovado pela Câmara dos Deputados. De acordo com o senador Romero Jucá, a PEC 55 vai evitar a criação de novos impostos. A proposta de emenda à Constituição determina que, pelos próximos 20 anos, a despesa da União passará a ser reajustada de acordo com a inflação do ano anterior. Para a oposição, a medida vai reduzir o orçamento público, principalmente para as áreas de Saúde e Educação.

Fonte: Portal EBC – 29/11/2016

Leia mais em: <http://www.cnti.org.br/noticias.htm>